



EMPRESÁRIOS: A CISÃO

Fiesp e Federação do Comércio em campos opostos. Motivo: expurgo no INPC.

O debate sobre a desindexação levou ontem a uma "cisão" (termo usado pela Federação do Comércio) no empresariado paulista. De um lado, ficou o presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado, José Papa Jr., contra a desindexação do INPC, porque "os salários são os únicos rendimentos da economia brasileira que já estão desindexados há longo tempo".

De outro, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio Vidaligal, admite a ampliação dos controles de preços e voltou a defender a desindexação principalmente do INPC, embora esclarecendo que há uma posição unânime na Fiesp pela desindexação de todos os demais índices da economia brasileira.

Para Papa Jr., "é estranho esse novo debate que surgiu depois do último pacote econômico, com vários setores defendendo o expurgo unicamente dos salários". Afinal, os salários vêm sendo desindexados desde 1979, quando, "a partir de determinado valor, todos os rendimentos salariais são corrigidos com índices inferiores ao INPC" (vide tabela e gráfico).

Afirmou para a "insistência com que determinados grupos tentam desestabilizar o sistema político-social brasileiro através de investidas na política econômica. Mesmo com o achatamento salarial, a inflação continuou crescendo", disse Papa Jr., criticando "empresários de grandes grupos e algumas autoridades econômicas" por insistirem em atribuir aos salários a responsabilidade pela alta dos preços.

Para afirmarem isso, "eles partem de duas premissas erradas". A primeira é a de que os salários estão subindo mais que o PIB (Produto Interno Bruto) e a segunda, de que a massa de salários representa 60% da Renda Nacional. Mas "isso não é verdade", segundo dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho, essa participação nos últimos três anos foi inferior a 30%.

Além disso, não se leva em conta que "salário é perfil de demanda" ou seja, qualquer novo achatamento pode significar um sério risco para o mercado interno e aprofundar mais a recessão.

Para a inflação baixar, é preciso que o governo reduza seu déficit, saia do mer-

cado financeiro e comece uma desindexação lenta e gradual de todos os índices. No entanto, não seria de estranhar que grandes grupos, contando com a "condescendência de algumas autoridades" conseguissem impor novas medidas para complementar o pacote de quinta-feira passada, penalizando apenas os assalariados.

Ainda ontem, o presidente da Fiesp voltou a defender a desindexação do INPC, garantindo que a solução é "a mais lógica e racional" e também a mais eficiente a curto prazo para deter a disparada inflacionária.

"Quando sobe o preço da alface, sobe também o dólar", e isto não pode continuar assim, afirmou Luis Eulálio. Disse que não está havendo desindexação só nos salários.

Isto vem acontecendo igualmente com os aluguéis, desde novembro do ano passado; depois da máx, de 18 de fevereiro, o governo aplicou reductores aos preços industriais. "Ninguém reclamou isso e o setor industrial está pagando caro esse processo."

Manifestou-se preocupado com a possível ampliação dos controles do CIP (Conselho Interministerial de Preços) e disse que mexer no INPC é fundamental para o governo reduzir o déficit público, já que as empresas privadas deverão partir o quanto antes para a livre negociação. Concordou que essa é uma medida politicamente difícil de ser tomada, frisando que o governo não pensaria nela se não fosse realmente necessária. Mas admitiu que ela não pode vir só: para ter efeito, deve haver um controle de preços como única forma de evitar que a inflação cresça. Desse controle da inflação vai depender a reativação da economia, "pois aí os empresários voltarão a investir".

Os números

do comércio

Ao defender a desindexação gradual e generalizada, José Papa Jr., usou de dados de um estudo preparado pela Federação do Comércio. Segundo Antônio Carlos Borges, superintendente-técnico da entidade, trata-se do primeiro cálculo da evolução de salários reais já feito no Brasil. Utilizando 42 mil informações, o trabalho (veja gráfico ao lado) mostra o comportamento dos salários, deflacionados mês a mês, durante 33 meses, de dezembro de 1979 (mudança na política salarial) a agosto de 1982.

Política Salarial - Resumo Geral			
Índice Médio Real no Período Dez/79 até Ago/82		Base: Nov. 79 - 100	
Faixa Salarial Em N°. de		Salários Mínimos	
Em	Média do Período	Salário Bruto	Salário Líquido
Nov/79	Dez-79/Ago-82		
1	1.02	101.77	101.63
2	2.04	101.77	101.61
3	3.04	101.41	101.19
4	3.98	99.61	99.21
5	4.93	98.53	98.60
6	5.87	97.81	97.88
7	6.81	97.29	97.27
8	7.75	96.90	96.51
9	8.68	96.60	95.92
10	9.61	96.06	95.24
11	10.41	94.66	93.88
12	11.22	93.50	92.77
13	12.03	92.51	92.09
14	12.83	91.66	91.48
15	13.64	90.93	90.83
16	14.41	90.06	89.98
17	15.14	89.08	89.14
18	15.88	88.22	88.35
19	16.61	87.44	87.59
20	17.35	86.74	86.93
21	18.08	86.11	86.33
22	18.76	85.27	85.52
23	19.40	84.36	84.62
24	20.05	83.53	83.78
25	20.69	82.74	82.97
26	21.32	82.00	82.21
27	21.95	81.31	81.49
28	22.58	80.66	80.92
29	23.22	80.07	80.42
30	23.85	79.51	79.95
31	24.49	78.99	79.48
32	25.12	78.50	79.03
33	25.75	78.04	78.61
34	26.38	77.60	78.21
35	27.02	77.20	77.82
36	27.65	76.81	77.45
37	28.29	76.45	77.10
38	28.92	76.10	76.75
39	29.55	75.77	76.41
40	30.18	75.46	76.06
41	30.82	75.17	75.72
42	31.45	74.88	75.40
43	32.09	74.62	75.09
44	32.72	74.36	74.79
45	33.35	74.11	74.50
46	33.98	73.88	74.22
47	34.62	73.65	73.95
48	35.25	73.44	73.69
49	35.88	73.23	73.43
50	36.52	73.03	73.18

Fonte: FIESP/ST

A esquerda, estão os salários nominais (de um a 50 mínimos); depois, vêm os salários mínimos reais recebidos por mês. Em agosto de 82, a faixa de dez mínimos só recebia 95,24% do salário líquido pago em novembro de 79.